

# Ipea prevê queda de 1,7% no PIB do semestre

A expectativa para o ano é de que o setor de serviços, puxado principalmente pelo comércio, garanta crescimento de 3 a 4%

por Vera Saavedra Durão  
do Rio

O Produto Interno Bruto (PIB) deve apresentar uma queda de 1,9% no primeiro trimestre e de 1,7% no primeiro semestre, na comparação com os mesmos períodos do ano passado. As projeções são do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em sua Carta de Conjuntura de março, divulgada ontem.

O desempenho do PIB poderá melhorar, caso se confirme a previsão do Ipea para a indústria, de um crescimento de 3,5% de janeiro para fevereiro. Nesta hipótese

mais otimista, a queda do PIB poderá ser mais suave – menos 0,8% no trimestre e menos 0,4% no semestre, sempre considerando a variação acumulada em doze meses.

Apesar destes resultados “no vermelho”, influenciados pela base de comparação dos primeiros meses de 1995 – pico da atividade econômica pós-Real –, o Ipea, “desenha um cenário de recuperação lenta da economia, neste ano”, como destacou o economista Paulo Levy, responsável pela publicação.

O PIB poderá chegar a dezembro com uma expansão entre 3 e

4%, sustentado pelo setor de serviços, com destaque para o comércio. O economista adverte, entretanto, que o crescimento não será suficiente para suprir as necessidades de gerar novos empregos no País – “para empregar tanto os que já estão desempregados como os que entram no mercado pela primeira vez”.

O emprego é apontado pelo Ipea como um indicador destoante do quadro de recuperação da economia, segundo a Carta de Conjuntura. A publicação chama a atenção para o desemprego resultante da reestruturação indus-

trial: entre 1990 e 1995 o nível de emprego do setor industrial reduziu-se em cerca de 20%.

Os economistas do instituto ressaltaram ainda as mudanças ocorridas no mercado de trabalho nesse período. “A proporção da força de trabalho com carteira assinada caiu de 60% em 1990 para menos de 50% em 1995. Ao mesmo tempo, o rendimento médio dos trabalhadores sem carteira, em 1995, cresceu 16,2%, frente a 3,2% dos trabalhadores com carteira”.

A rotatividade recorde da mão-de-obra no ano passado também mereceu destaque, segundo Paulo Levy. Na sua avaliação, “a rotatividade foi forçada pelos próprios trabalhadores, numa conjuntura de crescimento e não pelas empresas.

A receita do Ipea para enfrentar o problema do emprego no Brasil é de estimular a criação de novos empregos através da criação de uma nova política para o mercado de trabalho. “É preciso buscar ação política para acelerar este processo de mudança em curso no mercado de trabalho, adequando-o a uma legislação mais flexível”. A seu ver, a informalização do trabalho já está ocorrendo na prática

“O mercado de trabalho este ano será complicado. A economia está em transição e enquanto alguns setores em crise, como o têxtil, desempregam rapidamente, os que estão em expansão absorvem mão-de-obra lentamente”,

relata a Carta de Conjuntura do Ipea. “Daí, a dificuldade de cobrir o “gap” do emprego”.

Em fevereiro, a taxa de desemprego voltou a subir, como divulgou o IBGE. Nas seis regiões metropolitanas mais importantes do País, a taxa foi de 5,7%, na comparação com 5,26% em fevereiro de 1995. Houve um aumento de 8,2% no número de desocupados.

Para Paulo Levy, a taxa ainda é baixa. “O risco é este comportamento virar tendência”, avisou. Mas ao contrário do que consideram alguns especialistas, diz que o País ainda não tem desemprego estrutural. “Para não chegarmos lá é preciso acabar com a rigidez do mercado de trabalho.”

A primeira iniciativa, na sua opinião, seria o desenvolvimento de políticas estimuladoras de treinamento e qualificação de mão-de-obra para ajustar os trabalhadores às novas exigências da demanda de trabalho e voltadas para a criação de empregos diretos em setores intensivos de mão-de-obra, como o têxtil e o de calçados.

Nessa direção, o Ipea recomenda ainda medidas de desregulamentação do mercado de trabalho – especialmente a redução de encargos sociais, que têm inibido a geração de novos empregos.

A proposta mais abrangente é a de modificação do próprio regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), viabilizando nego-

ciações coletivas e transferindo o fórum de negociações da Justiça do Trabalho para as empresas.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI), em seu Informe Conjuntural de março, manifesta opiniões semelhantes às do Ipea, em relação ao problema do emprego, que considera “o grande tema da economia pós-estabilização”. Para a CNI, a reduzida geração de empregos, especialmente no setor industrial, nos últimos meses, revela a necessidade de uma reformulação nas “arcaicas” relações do trabalho no Brasil”. Os empresários da indústria defendem a modernização das regras do trabalho e consideram o projeto oficial de flexibilização da contratação de mão-de-obra “um paliativo que poderá fazer efeito contrário”.

O economista Flávio Castelo Branco, da CNI, entende que a limitação das horas extras e a necessidade de acordo coletivo apenas para novas contratações vão no sentido oposto ao pretendido, que é a flexibilização das relações capital trabalho.

O Ipea também criticou o projeto oficial. “O projeto de aumentar emprego através do trabalho temporário poderá produzir o efeito contrário ao esperado por falta de fiscalização”, destacou Paulo Levy. Ele considerou que as empresas poderão substituir os trabalhadores com carteira por trabalhadores temporários”.

## Como vai andar a economia

(Variação acumulada no ano até o período - em %)

### PIB

PIB e setores de atividade	Observado				Estimado	Previsto
	1995 I	1995 II	1995 III	1995 IV	1996 I	1996 II
<b>PIB</b>	10,4	7,8	5,5	4,1	-1,9	-1,7
Agropecuário	6,9	5,1	4,7	5,4	-0,6	-1,6
Lavouras	2,1	1,1	0,0	-0,2	-6,8	-7,3
Produção Animal	12,8	12,0	11,8	12,9	6,4	7,1
<b>Indústria</b>	14,4	9,4	4,8	1,9	-7,1	-6,2
Transformação	16,3	10,5	4,8	1,6	-9,2	-7,6
Construção Civil	10,7	8,4	3,9	0,1	-6,8	-8,3
Demais	8,4	4,8	5,8	5,6	4,2	4,1
<b>Serviços</b>	7,8	7,4	6,3	5,7	2,5	2,3
Comércio	15,3	14,8	9,7	7,3	2,4	1,8
Transportes	5,9	3,8	5,0	4,0	5,1	7,4
Demais	5,4	5,4	5,4	5,3	2,1	1,8

### Produção Industrial

Classes de Indústrias	Efetiva (1995/96)		Estimado (1996)	Previsto (1996)
	Dez.	Jan.	Mar.	Jun.
<b>Indústria Geral</b>	1,7	-8,6	-8,5	-6,9
Extrativa Mineral	3,1	5,0	1,2	0,6
Transformação	1,6	-9,8	-8,8	-7,1
<b>Categorias de Uso</b>				
Bens de Capital	0,3	-31,7	-19,9	-17,1
Bens Intermediários	0,2	-8,3	-8,5	-7,9
Bens de Consumo	5,7	2,3	1,4	1,9
Duráveis	12,1	7,4	4,6	5,0
Não-Duráveis	4,1	1,1	0,5	1,1